

# **TRABALHADORES DA CHESF E DA E DIA : Impacto das Obras na Vida dos Moradores Atingidos pelo Empreendimento**

**Maria S. Ramalho Braga**

mariaramalho@gmail.com

Doutoranda do curso História contemporânea-Faculdade de Letras  
Universidade de Coimbra-Portugal.

## **RESUMO**

As obras realizadas pelas empresas CHESF, no Brasil e EDIA, em Portugal para a construção das grandes hidrelétricas de abastecimento e distribuição de energia elétrica para as regiões do nordeste brasileiro e do Alentejo em Portugal, levaram a interação dos moradores a serem reassentados com os trabalhadores que foram atingidos temporariamente pelas obras. O artigo tem por objetivo compreender quem foram os trabalhadores das obras hidrelétricas e qual foi o impacto da interação dessas pessoas com os moradores de Petrolândia e da Aldeia da Luz em um estudo comparativo. Para a realização da pesquisa foi utilizada o procedimento metodológico da revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, em que repositórios digitais de dados foram consultados. Com a pesquisa concluiu-se que os trabalhadores das duas empresas foram contratados por representarem uma mão de obra mais barata, o que impactou diretamente na qualidade das construções das novas cidades. A dinâmica dos moradores, tanto de Petrolândia, quanto da Aldeia da Luz foi alterada e marcada por conflitos com as empresas construtoras.

**Palavras-chave:** Impactos. Hidroelétricas. Petrolândia. Aldeia da luz.

## **WORKERS FROM CHESF AND E DIA: The impact of work in the life of citizens harmed by the project**

### **ABSTRACT**

The works developed by the companies CHESF, in Brazil, and EDIA, in Portugal, for the building of the great Hydroelectric Power Plants in the Brazilian northeastern region and the Portuguese Alentejo region, have made the citizens from these areas move near the workers that had been temporarily hired for the constructions. This paper aims to understand who these workers were and what the impact of the interaction of these people with the citizens of Petrolândia and Aldeia da Luz was, through a comparative study. To conduct this study, it was used a methodological bibliographical review with qualitative approach, in which digital databases were researched. With the research, we conclude that the workers from both companies were hired for being a cheaper workforce, which has directly impacted the quality of the buildings in the new cities. The dynamic of the citizens, both in Petrolândia and Aldeia da Luz, has been altered and marked by conflicts with the referred companies.

Maria S. Ramalho Braga

---

**Keywords:** Impacts. Hydroelectric. Petrolândia. Village of luz.

## 1 INTRODUÇÃO

As obras para a construção das barragens de Itaparica e de Alqueva, respectivamente na região do nordeste brasileiro e do Alentejo em Portugal, levaram a convivência dos moradores locais com inúmeros agentes que passaram a morar na região por causa das obras das hidrelétricas. Foram técnicos, trabalhadores contratados para a construção das barragens, alguns com família, estudiosos de diversos campos que passaram a interagir diretamente com a população local. Sendo assim, o presente artigo estuda o impacto na vida dos moradores de Petrolândia e da Aldeia da Luz com a chegada dos trabalhadores das Barragens de Itaparica e de Alqueva.

Esse estudo é parte integrante da tese elaborada para o doutoramento em História Contemporânea pela Faculdade de Letras (Fluc) da Universidade de Coimbra Portugal e pela Universidade Federal de Pernambuco – . A tese propõe uma comparação dos processos desenvolvidos para a construção das hidrelétricas de Itaparica (Luiz Gonzaga) na região do rio São Francisco no sertão de Pernambuco que afetou diretamente a população da cidade de Petrolândia que sofreu um deslocamento compulsório, e da hidrelétrica de Alqueva na região do rio Guadiana, no Concelho de Mourão, em que a Freguesia da Aldeia da Luz também viu a sua cidade submergir pelo lago artificial enquanto eram reassentados para uma nova Aldeia construída pela EDIA. O estudo compara os processos de desenvolvimento das hidrelétricas focando-se nos impactos socioeconômicos sentidos pelos moradores das duas regiões, a análise é feita, por meio de revisão de literatura, análise documental e pela história oral, em que, por meio de depoimentos dos moradores reconstrói-se a história passada e presente das regiões.

Para o presente artigo busca-se em primeiro momento compreender como se deu o início das obras da Paulo Afonso para a construção das Hidroelétricas que resultaram na submersão de algumas cidades nordestinas, dentre elas, Petrolândia, em Pernambuco. Busca-se a compreensão de quem eram os trabalhadores das barragens e em quais condições trabalhavam, como era a cidade construída pela Chesf e de que forma impactou a vida dos moradores locais levando em conta os conflitos com os moradores de Petrolândia.

Maria S. Ramalho Braga

---

Em segundo momento abordasse as mesmas questões, porém focado nos trabalhadores da EDIA, empresa responsável pelo empreendimento da Hidrelétrica de Alqueva, buscando a compreensão do impacto que esses trabalhadores tiveram sobre a dinâmica social da Aldeia da Luz, no Concelho de Mourão, Portugal.

## **2 O TRABALHO DA COMPANHIA HIDRELÉTRICO DO SÃO FRANCISCO – CHESF E O CONFLITO COM OS MORADORES DE PETROLÂNDIA - PE**

O governo de Getúlio Vargas, a partir do ano de 1931, impôs novos predizes para o setor elétrico no Brasil, em que as ações do setor dependeriam de autorização do governo federal. A medida foi posta a cabo objetivando reduzir a concentração do poder que se fazia entre as empresas Light e Amporf (Oliveira, 2017). Em 1934 é criado o “Código de Águas” que fazia das quedas de águas patrimônios nacionais e autorizava o Estado a intervir para a utilização dos recursos hidráulicos, bem como, iniciara a nacionalização dos serviços de abastecimento e energia. Getúlio Vargas, sancionou em 1945 os Decretos-Lei nº 8.031, que outorgava a organização da Chesf (Brasil, 1945), o Decreto nº 8.032, que concedeu crédito para a realização das obras no São Francisco (Brasil, 1945) e o Decreto nº 19.706, que autorizou a exploração de energia hidráulica pela Chesf entre os trechos de Juazeiro e Piranhas (Brasil, 1945), porém a saída de Vargas do governo impactou no adiamento da organização da Chesf, que só foi efetivada entre o ano de 1948 e 1949.

Em 1948, o decreto n. 25.865, sancionado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra criou o Parque Nacional de Paulo Afonso, área que foi concedida para a Chesf afim de explorar a energia elétrica da região e promover o desenvolvimento do Nordeste entre os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco (Brasil, 1948). O início das obras da Chesf no Nordeste brasileiro enfrentou resistência, como a do senador Henrique Novaes que afirmava que as obras na Cachoeira de Paulo Afonso deveriam se ordenar a um plano geral de desenvolvimento do Vale do São Francisco e não apenas focar todos os recursos em Paulo Afonso (Nascimento, 2019).

Porém, as obras tiveram início sendo cada etapa que se finalizava, muito comemorada pelos técnicos e operários. Os trabalhos para o empreendimento das Usinas hidrelétricas eram

Maria S. Ramalho Braga

---

realizados em regiões muito afastadas dos centros urbanos, cabendo a Chesf providenciar projetos para a saúde, infraestrutura, lazer, educação e assistência social (Nascimento, 2019).

Percebe-se nas primeiras décadas de sua atuação um verdadeiro programa de desenvolvimento não apenas de caráter econômico, mas também social para essa região do país. A Chesf vai inspirar a criação de outras instituições estatais, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, com a finalidade de levar crédito aos empreendimentos agrícolas e industriais como incentivo ao desenvolvimento dessas áreas através de incentivo financeiro. Um conjunto de iniciativas foram desencadeadas com vistas a proporcionar um ciclo desenvolvimentista na região Nordeste. A criação de empresas estatais, como a Chesf, o BNB e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), fez com que elas funcionassem como órgãos de desenvolvimento na região nordestina (NASCIMENTO, 2019, p. 73).

A Chesf, então, recrutou seus trabalhadores entre os sertanejos nordestinos, somados a técnicos indicados pela empresa que chegavam de todas as partes do Brasil. Em um documentário produzido contando com a presença de Bret Cerqueira Lima, engenheiro da Chesf (Gade, 2011), pode-se perceber que as obras da Paulo Afonso I expuseram os trabalhadores a muitos riscos, sendo relatado que muitos dos operários perderam a vida na construção da Usina. No vídeo é visto que os trabalhadores não utilizam nenhum equipamento de segurança, operando sem iluminação adequada, manobrando grandes equipamentos movidos a geradores, escavando o solo e levantando pedras, apenas de bermudas, sem nem mesmo estarem calçados. Para a escavação de rochas eram utilizadas dinamites e para que houvesse uma maior segurança dos trabalhadores era feita a consolidação das rochas.

A obra empregada para a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso I, que se estendeu criando todas as demais usinas, tem uma estrutura grandiosa que mobilizou centenas de trabalhadores que se dedicaram exclusivamente aos empreendimentos da Chesf no Nordeste do Brasil. Em primeiro momento, os trabalhadores tiveram a missão de construir uma pequena Usina que auxiliaria no fornecimento de energia para o bom funcionamento dos equipamentos que seriam utilizados na construção das grandes Usinas Hidrelétricas previstas para a região de Paulo Afonso:

A "usinhinha" [...] é conhecida como Usina Piloto e foi projetada pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, que teve este empreendimento aprovado através da Exposição dos Motivos número 598 de 23 de maio de 1944. Essa Divisão também foi a responsável pelo início de sua construção, sendo concluída pela Chesf. O gerador da Usina Hidroelétrica Piloto começou a operar em 8 de outubro de 1949 com potência instalada de 2 000kW (OLIVEIRA, 2017, p. 109).

A Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso teve suas obras iniciadas em 1949, e em 1955 foi finalizada e inaugurada contando com uma sala de máquinas com 60 metros de comprimento por 16 de largura e 30 de altura, tinha três geradores de 60 mw, o que configurou uma

Maria S. Ramalho Braga

---

potência de 180mw (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 2015). As Usinas subsequentes de Paulo Afonso II, foi inaugurada no ano de 1961 e a Paulo Afonso III, em 1974. Já em 1978 foi inaugurada a Usina Hidrelétrica de Moxotó – Apolônio Sales, que inundou a cidade de Glória na Bahia.

Entre os anos de 1975 a 1983 houve uma crescente demanda por energia elétrica no nordeste de forma a dar respaldo para o início do plano de construção da Paulo Afonso IV que é inaugurada em 1980. A partir disso foram construídas ainda as Usinas de Xingó e de Itaparica (Luiz Gonzaga).

## 2.1 A cidade Chesf

Em primeiro momento, dado o início das construções das Usinas em 1948, os operários e os técnicos alojaram-se em acampamentos improvisados, os locais das obras eram distantes de centros urbanos e o deslocamento era dificultoso o que fez com que fosse planejado a construção de uma Vila em Forquilha para o alojamento adequado dos operários:

Particularmente, a cidade Chesf foi projetada para ser uma cidade completa, constituída não apenas por moradias para os seus trabalhadores, mas também dispendo de equipamentos destinados à suprir as necessidades cotidianas de sua população, constituindo-se como um modelo capaz de atrair e motivar a permanência dos trabalhadores da indústria. Nesse sentido, era fundamental que os trabalhadores, especialmente os funcionários graduados — que eram oriundos dos centros urbanos mais desenvolvidos — tivessem disponibilidade de bons equipamentos e moradias, já que nas suas cidades de origem tinham acesso às facilidades da vida moderna, ou seja, a disponibilidade de boas moradias e equipamentos era uma condição necessária à fixação desse pessoal no acampamento da empresa (NASCIMENTO, 2019, P. 150).

Foi realizado um projeto de acordo com o nível hierárquico dos funcionários, sendo instituída a Vila dos Operários, sendo que muitos não conseguiram moradias na Vila e se instalaram na Vila mais próxima, que era a Poty; Destinada aos técnicos médios foi projetada a Vila Alves de Souza, que segundo descrição da Chesf, eram construídas com casas modelares e localiza-se em posição privilegiada. Na Vila foi construída uma escola destinada aos filhos dos operários da Companhia (Bodnar, 2015), e o Bairro General Dutra destinado ao nível mais alto hierárquico composto por engenheiros, médicos, diretores da Chesf etc. Todas as vilas eram dotadas de água, esgoto, energia elétrica e transmissão de comunicação como telefones. Paralelo às atividades das obras das Usinas havia um investimento social nas Vilas que levou a criação de um zoológico, praças, lagos artificias, manutenção de vias públicas e arborização, unidades de saúde, farmácia e escolas:

Maria S. Ramalho Braga

---

A Chesf mantinha duas unidades de saúde: o Hospital Nair Alves de Souza, com atendimento médico e ambulatorial, além de internamento, serviços odontológicos, pequenos procedimentos cirúrgicos e contava com farmácia e análises clínicas; e o Posto de Puericultura<sup>163</sup>, o qual era dedicado às ações pré-natais e à prevenção de enfermidades e anormalidades que se desenvolvem no feto, além de ser um centro de distribuição de leite para as famílias dos chesfianos (NASCIMENTO, 2019, P. 157).

As atividades no hospital funcionam até os dias atuais, sendo administrado pela Chesf. Os investimentos para a saúde dos trabalhadores estendiam-se no combate da malária e outras epidemias, além dos operários da Chesf moradores da Vila Poty podiam utilizar os serviços de saúde da empresa.

Além de cuidar da saúde dos trabalhadores na Vila Chesf, a empresa preocupava-se com programas de assistência social voltados a criação de escolas que capacitavam profissionalmente as esposas dos operários, como a Escola de Artesanato e a Escola de Educação primária para os filhos dos funcionários.

Bert Cerqueira Lima, engenheiro civil do setor de aproveitamento da Chesf esteve presente no início das atividades da obra em 1949 e revela em documentário datado de 2006:

Quando eu fui convidado para vir para Paulo Afonso eu senti uma alegria muito grande porque eu sabia que eu ia trabalhar em uma obra...é uma grande obra nacional daquele tempo. Era a única obra, era Paulo Afonso, então eu fiquei muito satisfeito, feliz mesmo porque ia trabalhar com o doutor Marcondes Fernandes Ferraz, doutor Souza e outros profissionais liberais de reconhecida capacidade. A minha primeira missão foi fazer um serviço de topografia, mas logo depois me pediram...me entregaram o serviço de aprovizador da obra e como aprovizador da obra eu tinha que percorrer todos os pontos da obra, todos os locais pra ver o que estava faltando, se estava faltando alguma coisa, se não tava, se estava faltando eu tinha que providenciar tudo. Então eu fiz inúmeras coisas antes de me firmar (CHESF OFICIAL, 2012).

O engenheiro relata que quando a Chesf chegou a Paulo Afonso para o início das obras era caatinga e mato, não havia residência, então eles passaram a morar na Casa de Hospedes, eram em média seis engenheiros em cada quarto e logo cedo dois jipes esperavam para levar para a obra, se perdesse o Jipe tinha que ir andando. A obra ficava a 400 km de Salvador, o engenheiro Lima revela que havia muitas cobras venenosas e nenhum recurso na região, com o tempo foram sendo construídas as residências e os clubes sociais, como o clube dos universitários e o clube dos operários (Chesf Oficial, 2012).

No ano de 1949 também teve início da construção de uma Igreja para os trabalhadores da Chesf no contexto das obras de Paulo Afonso. As missas caracterizavam as celebrações e inauguração após os términos das etapas de construção. A Igreja São Francisco de Assis foi

Maria S. Ramalho Braga

---

construída na Vila Operária em uma pequena colina e participou ativamente de todo o contexto social da vila, promovendo missas, celebrações e marcando inaugurações das obras finalizadas. Envolveu-se nos clubes e na educação, além de incentivar os trabalhadores, enaltecendo o trabalho como honradez.

Houve a construção de três escolas primárias em 1949 (Adozindo Magalhães), em 1952 (Murilo Braga e Alves de Souza) em que crianças filhas dos operários e alguns filhos de moradores da Vila Poty recebiam educação e alimentação. Para o ensino secundário foi criado o Ginásio Paulo Afonso em 1953 também priorizando os filhos de funcionários da empresa. O Ginásio oferecia alguns cursos de formação técnica profissionalizante além do ensino básico secundário (Oliveira, 2017).

Dessa forma, nota-se que a Chesf construiu uma cidade com dinâmica social em diversas atuações para os seus funcionários, o que afetou a vida dos moradores da Vila Tupy na Bahia, localizada próximo ao empreendimento. Os trabalhadores eram sertanejos vindos de várias regiões para trabalhar na obra, e ali encontravam suporte social para a sua assistência e de sua família. As estruturas construídas pela Chesf em Paulo Afonso na Bahia atualmente são administradas pela empresa e pelo governo estadual baiano de forma a atender a população sem critério de serem ou não funcionários da Chesf.

## **2.2 As obras em Petrolândia**

No ano de 1976 foi implantado um canteiro de obras em Petrolândia, para a construção da Usina Hidrelétrica que viria a se chamar Luiz Gonzaga. A construção da Usina implicava na inundação de uma área correspondente a 83mil hectares abrangendo regiões do estado da Bahia e do Pernambuco (Santos, Souza, & Lima, 2016). As obras duraram 12 anos, até a conclusão e reassentamento populacional, nesse período a população urbana de Petrolândia cresceu 7,3% entre 1960-80 o que impactou diretamente na qualidade de vida local, acentuando as desigualdades nas classes mais periféricas do município, a dinâmica social e os serviços prestados.

Para as populações atingidas pelas construções de barragens, o significado da obra é diferente para aqueles que a planejam e a implantam, dessa forma Cunha (2012), ressalta que com a instalação do canteiro de obras em Petrolândia começaram as transformações na vida dos

Maria S. Ramalho Braga

---

moradores da região que tiveram seus projetos interrompidos pela expulsão de sua cidade natal. Sem participar da decisão de construção da barragem, os moradores passam a conviver com os trabalhadores da obra da Usina e com as consequências da implantação da vila de operários, que como ressalta o autor, que aumenta a violência e a prostituição local:

Há também uma série de outros impactos, como por exemplo, o esvaziamento de comunidades porque muita gente vai embora, aumento da violência e da prostituição associada à formação da vila operária onde ficam os trabalhadores da construção civil que irão trabalhar na obra (Cunha, 2012, p. 22).

Para a construção da Hidrelétrica de Itaparica foram recrutados sertanejos nordestinos, que em primeiro momento se empolgaram pela oportunidade de emprego. Porém, os moradores de Petrolândia assistiram ao deslocamento compulsório de Sobradinho, em que os moradores foram praticamente expulsos de suas terras e muitos ficaram no prejuízo ou até mesmo sem indenização alguma.

Bomfim (1999), afirma que a forma em que os moradores de Sobradinho foram desalojados representou um quadro de violência e injustiças sociais. Com medo de vivenciarem a mesma experiência da população de Sobradinhos, os trabalhadores rurais de Petrolândia organizaram um Polo Sindical em 1979, data em que as obras da barragem de Itaparica se faziam em percurso para que na unificação de posseiros, arrendatários, agricultores e sem terras da região lutassem por uma condição mais favorável de deslocamento:

Uma característica marcante da pressão que o pólo sindical passou a exercer sobre a CHESF tornou-se então, as grandes concentrações de protesto nos escritórios da empresa e no canteiro de obras da barragem. Essas concentrações demonstraram a capacidade organizativa e de mobilização das lideranças do movimento, manifestando-se como força e unidade de comando (BOMFIM, 1999, p. 13).

Na época de construção da barragem de Itaparica, houve um conflito interno entre os funcionários da Chesf, que somavam 11.574 no início da década de 1980. Os funcionários estavam insatisfeitos com as condições de trabalho, e realizaram greves e paralizações no ano de 1979 e no ano de 1982:

O país vivia a ditadura civil-militar e a Chesf tinha na sua diretoria um coronel. A administração da companhia em Paulo Afonso era realizada por um militar e o município era sede de uma Companhia de Infantaria do Exército, que foi criada para garantir a segurança das usinas. Além disso, Paulo Afonso integrava a área de Segurança Nacional. O fornecimento de energia elétrica era um serviço considerado também de segurança nacional, portanto, enquadrado na Lei de Greve, que proibia esse setor de realizar greve. Nos meses de outubro e novembro de 1982, diante das mobilizações dos eletricitários que realizavam assembleias, tropas do Exército foram deslocadas para as usinas de Paulo Afonso, além da mobilização das Polícias Militares da Bahia e de Alagoas, principalmente em Recife e Paulo Afonso. Foram dias de tensão, principalmente em Paulo Afonso, onde foi grande o número de militares a chegar à cidade (NASCIMENTO, 2019, pp. 77-78).

Maria S. Ramalho Braga

---

Os trabalhadores mobilizavam a população sobre as suas reivindicações por meio de panfletos produzidos pela organização sindical. O desfecho da greve foi de muita violência resultando em espancamento dos líderes do movimento pela polícia. O movimento foi desarticulado com a interferência do cardeal arcebispo de Salvador, dom Avelar Brandão Vilela que pedia o fim das greves e apelava para que a Chesf promovesse uma melhora nas condições para os trabalhadores.

A primeira grande manifestação dos trabalhadores do São Francisco foi organizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no ano de 1979, reunindo cerca de 2000 trabalhadores que protestaram por boas condições de negociações com a Chesf, por causa do reassentamento a que seriam submetidos (Bomfim, 1999).

A 2ª grande reunião de moradores de Petrolândia, em sua maioria, trabalhadores rurais, se concentrou em frente aos escritórios da Chesf, e reuniu mais trabalhadores, ao todo, somou-se 5.000, no ano de 1980. A terceira Concentração, aconteceu naquele mesmo ano no Riacho Salgado em tom comemorativo, pois eles conquistaram o mapa que exibia o tamanho do lago. A 4ª grande concentração ocorreu ainda no mesmo ano, mobilizando 4.000 trabalhadores que reivindicaram terras para o deslocamento do povo de Petrolândia.

Em 1982 um grupo de manifestantes impedem o trabalho dos operários da Chesf que retiravam pedra de um sítio na cidade da Glória na BA, onde viviam inúmeras famílias, Bomfim (1999), explica que com o apoio do Pólo Sindical a resistência e o impedimento das obras durou 14 dias e somente foram expulsos a base de muita violência.

No ano seguinte houve a 5ª concentração reunindo 5.000 trabalhadores agrários de Petrolândia, eles denunciaram a violência da última concentração e cobraram providências da Chesf que não tomava as medidas combinadas com os moradores e agricultores. As concentrações reuniram mais trabalhadores em 1984 e em 1985, 8.000 mil moradores e trabalhadores de Petrolândia invadiram o canteiro de obras da Chesf ameaçando parar a obra da barragem se não fossem atendidos. Já no ano de 1986 os trabalhadores organizados pelo Polo Sindical em Petrolândia paralisaram a obra da Barreira de Itaparica por seis dias e foram

Maria S. Ramalho Braga

---

ameaçados de serem retirados pelo exército, porém conseguiram estabelecer um acordo com a Chesf (Bomfim, 1999).

Foi por meio desse acordo que foi criado um projeto de reassentamento para a população de Petrolândia no contexto da submersão pelo lago artificial que seria criado pela Chesf para a produção e distribuição de energia elétrica e áreas de irrigação.

Nota-se que, a presença da Chesf no sertão nordestino modificou a dinâmica social da região, em primeiro momento com a criação da Vila da Chesf em que os trabalhadores, que eram selecionados entre os sertanejos, tiveram acesso a toda a infraestrutura social produzida pela empresa. A Chesf criou uma cidade no sertão da Bahia, em Paulo Afonso, contando inclusive com banco, comércio, áreas de lazer e uma pista de pouso para facilitar a ida de engenheiros e autoridades governamentais.

Os moradores das regiões próximas tiveram sua vida social alterada com o contato da Vila Chesf em que novos personagens e estruturas passaram a fazer parte de suas rotinas. Para a obra da barragem de Itaparica foi montado um canteiro de obras na cidade de Petrolândia, que fez com que os moradores percebessem que o reassentamento era uma realidade e somente cabia a eles tentar um destino mais feliz que os reassentados de Sobradinho e Moxotó. Os impactos, então, que a Chesf levou para essa região foi de tensão e conflito intenso. Bomfim (1999), destaca que a Chesf era conhecida pelos moradores de Petrolândia como “besta-fera”.

### **3 AS OBRAS DA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURA DO ALQUEVA E O IMPACTO NA VIDA DOS MORADORES DA ALDEIA DA LUZ**

A Freguesia da Aldeia da Luz era originalmente constituída de uma pequena população que estava demograficamente envelhecendo e ficando economicamente menos ativa. O argumento para a construção da Barragem do Alqueva se deu no campo socioeconômico pela necessidade de desenvolvimento e geração de empregos para a região do Alentejo (Veloza, 2009). As transformações socioeconômicas que as barragens levam para a população afetada se dá tanto no período de construção quanto em seu período posterior, de funcionamento.

Maria S. Ramalho Braga

---

A região do Alentejo se caracterizava pela seca predominante, pela falta de água e de recursos para a agricultura em diversificações de culturas de rega e socialmente fragilidade pelo grande envelhecimento da população e falta de movimentação social, visto que as pessoas não eram atraídas pela região (Empresa de Desenvolvimento e Infra-estrutura do Alqueva, 2019).

Os objetivos gerais dessa gigantesca estrutura alterados ao longo de sucessivos reajustamentos, prendem-se com a constituição de uma reserva de água vital na luta contra a seca e a garantia do abastecimento de água regular as populações; a alteração progressiva do modelo de especialização da agricultura no sul do país, disponibilizando 110.000 há de área de rega; a produção de energia hidroelétrica; o combate à desertificação física e populacional através da incrementação do mercado de emprego regional, a par da dinamização agrícola, industrial e turística – esta última apoiada no desenvolvimento de potencialidades turísticas possibilitadas por um espelho de água com 250km<sup>2</sup> de área e margens que ultrapassam os 1.000km de extensão (Saraiva, 2007, pp.66-67).

O projeto de intervenção no rio Guadiana teve início no ano de 1957 quando foi apresentado o Plano de Rega para a região do Alentejo, já no ano de 1968 firmou-se um pacto entre os governos de Portugal e Espanha – Convênio Internacional Luso-Espanhol - para a exploração do rio Guadiana: “previa já a construção da grande barragem, como elemento fulcral e incontornável de todo o empreendimento” (Saraiva, 2007).

No ano de 1976 iniciaram-se as obras de infraestrutura, porém em 1978 as obras foram interrompidas. Somente no ano de 1993 é que se efetivou a criação da Comissão Instaladora da Empresa Alqueva que se tornou a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estrutura de Alqueva (EDIA), tendo as primeiras obras iniciadas em 1995. No ano de 1998 as primeiras betonagens são construídas para a barragem do Alentejo que foi inaugurada em 2002, ano em que as comportas foram encerradas permitindo o enchimento do lago artificial. As obras foram realizadas por imigrantes que chegavam da África e da Ásia, tendo o governo dado preferência para essa mão-de-obra pelo baixo custo. A região do Alentejo a pouca natalidade e o envelhecimento populacional fazem carecer mão-de-obra para a construção civil e para a agricultura, o que decorre de uma demanda de imigração maior para que as obras da barragem de Alqueva fossem concretizadas (Castro, 2011).

O Plano de Rega do Alentejo se concretizou por meio da criação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), tendo sua influência em 20 Concelhos, 15 barragens, mais de 40 elevatórios e reservatórios, mais de 250km de adutores primários, 2.000km de condutas e 120.000ha para rega. A albufeira conta com uma capacidade de 4.150 milhões m<sup>3</sup> que atinge uma área de 110.000ha de rega (Saraiva, 2007).

Maria S. Ramalho Braga

---

Os imigrantes que compunham o quadro de funcionários da EDIA moravam no próprio canteiro de obras da empresa pela impossibilidade de regressarem para os seus lares, nesse contexto muitas famílias passaram a ter convívio direto com os moradores da Aldeia da Luz. No ano de 1998 quando as obras da Barragem da Alqueva tiveram início, os moradores da Aldeia da Luz somavam uma média de 400 pessoas que viviam em 185 casas, quintais e tapadas. Essas pessoas dedicavam-se a agricultura do cultivo sequeiro e olivais, à criação de bovinos, caprinos e ovinos e uma pequena parcela de cultivo de oleaginosas, olival, pastagens, produtos agrícolas e cereais. Essas atividades eram desenvolvidas de forma familiar com alguns casos de arrendamento:

Nos quintais adjacentes às casas criavam-se animais de capoeira e cresciam árvores de fruto e, em pequenos canteiros, produtos hortícolas e ervas aromáticas, importantes na cozinha regional alentejana, como o poejo, os coentros e os alhos. Algumas famílias possuíam alguma vinha; as hortas, situadas ao longo do caminho conducente ao lavadouro público, forneciam legumes e frutos para consumo familiar. Havia cerca de seis casas que se dedicavam à criação de gado miúdo (ovino ou caprino) para venda ou fabrico do queijo; duas dessas unidades tinham também criação de gado grosso e uma terceira tinha investido no gado suíno (Saraiva, 2007, p.72).

A estrutura pública e comercial da Aldeia da Luz contava com pequenos comércio e vendedores ambulantes, uma escola primária e um jardim de infância, um centro de idosos e um posto de saúde. As casas tinham estrutura de terra e pedra, eram térreas e de caiado branco, construída pelos próprios moradores com o auxílio de taipeiros e telheiros. Nos anos de 1970 a Aldeia viu-se agitada pela presença de técnicos e engenheiros que visitavam constantemente o local para realizar estudos no rio Guadiana, porém o projeto parecia que tinha se engavetado e os moradores passaram a não mais se preocupar com a barragem, que tornou-se uma espécie de “mito” na região (Wateau, 2008).

Porém na década de 1990 a EDIA iniciou as obras que tirariam o sossego dos luzenses e os levariam as novas preocupações provindas da construção da barragem. Wateau (2008), explica que a EDIA era uma empresa tentacular que fazia intermédio entre os projetos do governo e era responsável, não somente pela construção da barragem e provisão de eletricidade e água para a região dos 11 Concelhos – entre o lado português e espanhol – que circundam a albufeira, como também, tinha a missão de prover o futuro, no que concerne a economia, moradia, turismo e infraestrutura das vilas que seriam afetadas com o empreendimento.

Maria S. Ramalho Braga

---

No ano de 1995 foi instituído um decreto entre o governo e a EDIA que proibiam qualquer nova construção na Aldeia ou obras de melhoramento na Infraestrutura das casas e das vias públicas, dessa forma, era concreto que a barragem teria seu início de construção e a Aldeia seria submersa pelo lago artificial que seria criado a partir das águas do rio Guadiana (Oliveira, 2011).

A EDIA selecionava a sua equipe por meio de subcontratações em concursos públicos de nível internacional, sendo assim, são vários os atores que passaram a fazer parte da vida dos moradores da Luz, até mesmo, um grupo de etnógrafos e arqueólogos que promoveram na Aldeia escavações e estudos para compor o acervo do Museu da Luz que fazia parte do Plano de compensação à submersão da cidade da antiga Luz e de toda a sua história.

Em primeiro momento, após a estruturação para a construção da barragem, os trabalhadores da EDIA com a equipe de técnicos dialogando com a Junta da Freguesia e os moradores da Luz, passaram a projetar um plano de construção da nova Aldeia que teoricamente deveria corresponder a original, que seria construída a 3km de distância da antiga (Oliveira, 2011). Técnicos, engenheiros e operários da EDIA passaram a conviver intensamente com os moradores da Luz, entrando em suas casas, tirando medidas, fazendo anotações para que as obras pudessem corresponder ao patrimônio original de cada indivíduo proprietário que receberia a indenização.

No seio de um clima social e psicologicamente perturbado, todo o processo de concepção e concretização da nova aldeia foi, forçosamente, morosa e difícil. Ao longo de anos e de vários concursos públicos, formaram-se diferentes equipes que projetaram a aldeia, os vários equipamentos públicos e finalmente, aquilo que a EDIA denominou “o espaço monumental”, constituído pela igreja matriz, o cemitério e o novo museu projetado para a Nova Luz (Saraiva, 2007, p.77).

Percebe-se que o processo de reconstrução da Aldeia em outro local foi marcado por conflito social entre os técnicos e projetistas da EDIA e os moradores da antiga Luz. Para intermediar as diversas reivindicações dos moradores quanto a projeção da Nova Aldeia, foi criado o Gabinete de Reinstalação da Aldeia da Luz (GRAL), em que os moradores poderiam fazer suas reclamações e sugestões e também atualizar-se dos projetos de reconstrução da nova Aldeia.

Além da intensa convivência com os engenheiros, projetistas, arquitetos e técnicos da EDIA, os moradores da Luz passaram a conviver com outros agentes atraídos pela construção da

Maria S. Ramalho Braga

---

barragem do Alqueva e pelo reassentamento da população: os jornalistas, os estudantes e a imprensa em geral. Oliveira (2011, p.4), explica que entre os anos de 2001, no processo de construção e na conclusão das obras em 2002, a Aldeia era frequentemente movimentada por esse público que tornava os acontecimentos da Aldeia notícia diária nos informativos “durante três anos, quase sem parar, vieram milhares de pessoas visitar a ‘aldeia que ia desaparecer por baixo das águas’”.

A Aldeia não tinha estrutura para receber tantas pessoas que passaram a frequentar diariamente a velha aldeia em busca de novas informações, foi necessário que houvesse um reforço na segurança da cidade, chegando a aldeia guardas e policiais, além das mudanças nas estruturas de trânsito com a construção de circuito e a colocação de placas além de estacionamento. Quando a nova Aldeia ficou pronta, as pessoas foram, aos poucos, perdendo o interesse na história da vila e se distanciando, indo até o local com cada vez menor frequência, mesmo, tendo a EDIA, dito que uma das propostas era o estímulo do turismo local, com toda a “atratividade” que o lago artificial poderia proporcionar.

Os moradores da Aldeia da Luz, a partir do ano de 1999, puderam acompanhar de perto as obras da nova Aldeia, dessa forma, iam periodicamente verificar o processo de construção de suas novas casas, não deixando passar nenhum detalhe. Oliveira (2011), afirma que os moradores mediam as paredes para ver se correspondiam as da antiga casa e se caberiam seus móveis, comparavam a sua casa com as dos vizinhos para saber se não estavam sendo prejudicados, observavam se o chão era feito de xisto ou de marmonite, opinavam na cor das paredes, das janelas e das portas, tentavam ver no mapa dos arquitetos como estava programada a sua nova casa etc.

Saraiva (2007), afirma que começou a ocorrer muita tensão na reunião periódica dos técnicos da EDIA com os moradores, pois eles sentiam uma mescla de sentimentos entre a vontade e a angústia que aquela mudança os proporcionava, sendo assim, as reuniões passaram a acontecer entre o presidente da Junta da Freguesia e os representantes da EDIA. A situação estava tão complexa que os técnicos da EDIA começaram a entregar as chaves da casa nova em troca das chaves da casa velha dos moradores, para que não houvesse possibilidade deles quererem retornar a antiga Aldeia.

Maria S. Ramalho Braga

---

Nesse ponto, Oliveira (2011, p.5), explica que as casas da antiga Aldeia, conforme iam sendo entregues para a EDIA, eram repassadas para os operários que estavam trabalhando nas obras da barragem e na reconstrução da nova Aldeia, em sua maioria estrangeiros “mão de obra barata vindos das ex-colônias de Portugal como África e Goa, ou ainda dos novos pólos de emigração europeia como Ucrânia e Roménia”.

Horácio Guerra, ex. presidente da Junta da Freguesia exerceu um importante papel no intermédio das negociações entre os moradores da Luz e a EDIA. Horácio relata que tudo foi muito dificultoso, até mesmo fazer as pessoas entenderem que todas as casas da nova Aldeia teriam necessariamente que serem novas, o que implicaria em que se o vizinho tinha uma casa em precárias condições de reforma ele teria uma casa nova, o que para muitos gerou uma situação de desconforto, pois quem já tinha uma casa nova na antiga aldeia sentiu-se prejudicado diante do benefício daqueles que trocariam uma casa precária em más condições de reforma por uma nova.

Todo o apego aos detalhes da antiga Aldeia, mesmo que com a sua estrutura inferior a nova, era algo que os engenheiros da EDIA não tinham como retratar (Abreu, 2020), e posteriormente a EDIA não conseguiria repor. Horácio Guerra afirma que foram mais de 250 casas e quintais entregues, mais 11 estabelecimentos comerciais e 16 estruturas públicas, além das indenizações em dinheiro que a EDIA providenciou para que se construísse o que faltou e também reparasse os erros cometidos nas obras, porém, apesar das casas serem melhores há muitos erros de construções, de infraestrutura no cemitério e vias públicas além de problemas com abastecimento de água e saneamento básico (Abreu, 2020).

Sara Correa, atual presidente da Junta da Freguesia, explica que mal as pessoas chegaram na casa nova já se depararam com os inúmeros erros de construção. Não levaram em consideração as recomendações das pessoas e nem as medidas das casas, o que dificultou a mudança, pois em muitos casos as mobílias não couberam na nova casa, problemas com dimensão ocorreram com as portas e janelas, todas feitas menores que as das antigas casas.

Muitas reclamações sobre os trabalhos de construção civil também são feitas sobre as construções públicas, como o ginásio que foi feito sem cadeiras ou arquibancadas, de forma

Maria S. Ramalho Braga

---

que as pessoas não podem sentar-se para assistirem aos jogos ou treinos, ou a praça dos touros que curros, local onde os animais são mantidos (Abreu, 2020).

A EDIA promoveu, antes da mudança para a nova Aldeia, uma visita agendada individual para cada família que iria receber como indenização uma nova casa. Ao que Saraiva (2007), explica que eram realizadas com dois representantes da EDIA, dois representantes da Junta da Freguesia e a família convocada. A visita era a oficial entrega de chaves da nova casa, então era realizada a vistoria final e a verificação se o acordo entre as diversas negociações havia sido cumprido como o combinado.

E nesse ponto, Rodrigues (2005), ressalta a participação das mulheres para o intermédio dos desejos de construção para a nova casa e vistoria, cobrança da EDIA sobre todos os direitos envolvidos no projeto de indenização. As mulheres reivindicavam todos os detalhes e faziam exaltadas comparações com a casa de seus vizinhos: “Se eu já tinha uma casa de banho e a minha vizinha não, então, se ela vai ter uma, eu quero duas!” (Rodrigues, 2005, p.69).

As pessoas moradoras da Luz mostraram-se muito pacíficas e educadas, então mesmo diante da necessidade de cobrar uma postura mais respeitosa por parte da EDIA em cumprimento do acordo que estabeleceram com os moradores, os homens da Aldeia ainda mostraram-se muito amigáveis evitando conflitos e resolvendo tudo pacificamente, as mulheres que esbravejavam mais e com maior frequência quando cobravam dos técnicos da EDIA aspectos das novas construções e igualdade de direitos perante seus vizinhos.

Sara Correia, explica que toda a construção da nova Aldeia foi realizada por imigrantes:

Contrataram para a construção civil pessoas que eram imigrantes principalmente do leste, pessoas que nos diziam que eram veterinárias na terra deles, que eram médicos, que eram professores, possivelmente eram uma mão-de-obra mais barata que não tinham o acompanhamento que deveriam ter, não havia fiscalização (Notícias Portugal, 2015).

A colocação da presidente da Junta dos Moradores tenta justificar o tanto de erros encontrados na construção civil das casas e estruturas da cidade. O morador Reinaldo Santana concorda com Sara, e diz que frequentemente tem-se novidades de mal acabamentos e erros na estrutura da nova cidade, sendo um dos principais problemas, a água e o esgoto. O morador diz que aparecem muitos canos quebrados e outros problemas que na fala da moradora Graça parecem “surreais” (Notícias Portugal, 2015).

Maria S. Ramalho Braga

---

Sara Correia ainda salienta que: “Foi tudo feito a três pancadas, a intenção daquela...a intenção daquela empresa que eu acredito piamente que tivemos azar foi mudar-nos, a partir do momento que nos mudou abandonou” (Notícias Portugal, 2015).

Dessa forma, a presidente da Junta da Freguesia e representante da Associação de Jovens da Luz, diz que toda a construção da Aldeia envolveu um tom de descaso por parte da EDIA, em que a intencionalidade estava longe de servir a algum interesse dos moradores, que tiveram que brigar muito para conseguirem o pouco que tiveram de indenização com a mudança.

Horácio Guerra declara que toda a harmonia e companheirismo dos moradores da Lua acabou ali, pois as obras promovidas pela EDIA provocaram o imaginário de todos achando-se injustiçados enquanto seus vizinhos levavam vantagens com a mudança da Aldeia. O presidente da EDIA, José Pedro Salema, concorda com a afirmação de Horácio Guerra e relata que esse mal estar quanto as novas moradias e o sentimento de injustiça, se dá porque alguns achavam que a obra deveria ser lucrativa, eles tinham que ter alguma vantagem nas construções, então quando viram seus vizinhos que na antiga Aldeia tinham casas inferiores as que foram entregues na nova Aldeia sentiram-se em desvantagem e acusaram a EDIA de toda a sorte de maldizeres (Atracto Perfecto Producciones, 2008).

Outro momento de tensão nas obras de reconstrução da nova Aldeia da Luz foi o momento de transladação dos corpos dos antepassados que estavam no cemitério da antiga Aldeia. A área em que estava localizado o cemitério iria ser submersa e os moradores não aceitaram conviver com o fato de seus antepassados pararem no fundo das águas do Guadiana. Dessa forma, em primeiro momento foi necessário que o novo cemitério fosse construído para depois retirarem os corpos do antigo cemitério e acomodarem-nos no novo.

Uma retroescavadora levantava o solo do cemitério afim de abrir espaço para a retirada dos corpos. Os trabalhos eram acompanhados pelos operários da EDIA, a equipe com 15 técnicos e auxiliares, além de uma equipe científica. Todo o processo era transmitido pela televisão no noticiário local. Foi a primeira operação desse tipo realizada em Portugal, o processo foi demorado e doloroso para a família.

Maria S. Ramalho Braga

---

O novo cemitério foi construído foi alvo de inúmeras reclamações, pois os técnicos da EDIA ignoraram as recomendações dos moradores, como salienta Sara Correia, afirmando que eles avisaram aos operários que deveriam deixar um espaço livre de 2,05 metros de comprimento (Abreu, 2020), para que as sepulturas coubessem, porém não foi isso que aconteceu. Ocorreu que foram, ao total, 250 corpos exumados do antigo cemitério, dos quais 45 corpos não couberam nas novas acomodações. O processo conseguiu, dessa forma, tornar-se mais doloroso para os moradores, porque os corpos tiveram que ser transferidos para urnas zincadas. O avô de Sara Correia estava entre esses casos que os corpos seriam mudados para urnas menores, “imagina o cheiro de putrefação na mudança das urnas” (Abreu, 2020).

O arquiteto Paulo Pacheco, funcionário concursado pela EDIA, era o responsável do projeto, e não parou de cometer erros por aí. Os moradores afirmam que o cemitério não foi pensado, levando em conta que haverá a necessidade de mais espaço para os futuros corpos que habitarão o cemitério, sendo assim, o espaço em que o cemitério ocupa também foi alvo de críticas, pois segundo Sara Correia “não se pode morrer”.

Francisco Moita Flores, investigador de ciências forenses que pertence ao Instituto Superior de Ciências da Saúde ficou responsável como coordenador científico para a transladação dos corpos. Flores, então, emitiu um relatório, o qual descreve todas as dificuldades encontradas durante a transladação dos corpos, e relata também os erros de construção que fizeram com que os corpos em putrefação desde 1995 fossem relocados em urnas zincadas, já para Carlos Silva, que é responsável pelo gabinete de informações da EDIA, os erros de construção se devem a excessiva preocupação de reproduzir na construção do novo cemitério uma réplica fiel do antigo, objetivando amortecer um pouco a mágoa dos moradores (Dias, 2002).

Já para Marques Ferreira, então presidente da EDIA no ano de 2002, os erros não ocorreram de forma generalizada e se houve diferença no tamanho para a acomodação das sepulturas é culpa do chumbo das urnas que se encontravam dilatados. O relatório de Flores alerta que se for necessário sepulturar uma pessoa “corpulenta”, isso não poderá ser feito no novo cemitério, porém Marques Ferreira divulga como medida de sossego para a população da Luz, que se agitava com todos esses acontecimentos e informações seriam construídos de 4 a 5 sepulturas maiores para que essas pessoas não precisassem ser enterradas fora da Aldeia (Dias, 2002).

Maria S. Ramalho Braga

---

A questão do novo cemitério deixa problemas para serem resolvidos até os dias atuais, pois como afirma Sara Correia, os arquitetos não projetaram um futuro para o cemitério com a inserção de novos corpos, de forma que ele precisa ser ampliado, abrir uma parede resolveria a questão, mas o arquiteto que fez o projeto detém direitos autorais sobre a obra de forma que a construção não pode ser alterada por outra pessoa, o que faz a Câmara de Mourão ter de desembolsar cerca de 150 mil euros com quase nenhuma ajuda da EDIA para reparar o erro cometido e proporcionar um local digno para o enterro dos mortos da Aldeia.

Oliveira (2011, p.5), afirma que por mais que a EDIA quisesse colocar panos quentes nas questões que aborreceram a população “o processo não se fez sem conflito nenhum. Durante esses anos todos de preparação, de mudança e de reinstalação, o ambiente foi tenso e muitas vezes difícil de viver”.

Muitas são as reclamações dos moradores quanto as obras da nova Luz, abrangendo diversos aspectos da estrutura como os problemas com esgoto, os quais Correia afirma que periodicamente demanda que se abra o chão para reparar os problemas com cano, o que além de causar um imenso transtorno a população da Luz ainda os deixam em duas situações controversas: a falta de água e o desperdício: “E continuamos a consumir o dobro da água expectável porque há desperdício por canos mal unidos” (Abreu, 2020).

As insatisfações e exigências dos moradores quanto as obras de sua nova Aldeia perpassaram todos os aspectos, como dos simbolismos e crenças da Luz antiga. Acredita-se que a Aldeia foi fundada sob um manto sagrado, pois naquele local teria aparecido Nossa Senhora, e para cultivar esse laço de fé e memória foi construída a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz, que em sua paisagem tinha ao lado o cemitério, compondo uma visão duela de morte e redenção. No contexto da estrutura da Igreja também estava localizada a praça dos touros, onde acontecia as maiores celebrações e festas da cidade, sendo a maioria interligadas ao calendário comemorativo da Igreja (Saraiva, 2011).

A Igreja Matriz era localizada há 1 km de distância da Aldeia, o que a fazia se destacar na paisagem da cidade, ela foi mantida junto ao Museu da Luz construído também pela EDIA para representar a Identidade e memória dos luzenses. Para a construção da réplica da Igreja na nova cidade, os moradores e o padre exigiram que se conservassem elementos originais da

Maria S. Ramalho Braga

---

antiga Igreja para a nova, sendo assim, pedras e estruturas vitrais foram retiradas da antiga Igreja e colocadas na construção da nova, bem como, foi conservado todas as imagens e estatuas dos Santos que estavam no interior da Igreja. Em primeiro momento foram levados para a capela que ficava na região central da antiga Luz para depois serem levadas para a nova Igreja.

Toda a sensação de pertence dos moradores parece ter sido retirada junto às casas e estruturas que foram demolidas antes da submersão. Correia explica que nada na nova Aldeia pertence a eles e sim a EDIA, a Igreja, a praça dos touros, as casas, até mesmo faltam muitas documentações que comprovem a posse dos moradores nas novas casas. Situação que se complica a cada dia, pois após quase 20 anos da mudança, alguns proprietários foram a óbito e as casas sem escrituras foram abandonadas, pois não se sabe nem o que fazer com elas (Wateau, 2008).

Porém, autores como Oliveira (2011), afirmam que por mais dolorosa que tenha sido a mudança e mesmo diante de todos os erros e injustiças cometidas pela EDIA, a barragem se fez necessária como parte de um antigo projeto que promete uma promoção de desenvolvimento regional que conseqüentemente impacta no âmbito de progresso nacional:

Quase 80 anos foram necessários para que chegasse ao Alentejo a barragem de Alqueva. Agora que está construída, ainda serão necessários uns 20 anos para que se conclua o sistema completo de rega. Já custou 632 milhões de euros e até terminar ainda estão previstos 1. 800 milhões; também foi arrancado um milhão de árvores e ficaram submersos 25 000 hectares. Apostou-se no futuro numa região com imensos meios financeiros, esperando que se desenvolvam os meios humanos e económicos. Se o desafio é grande ou talvez pouco razoável, o futuro o dirá. Há que implementar uma política de participação pública aplicada, nos seus limites e ainda com certa dimensão experimental. Alqueva pode ser considerada como exemplo de concertação conseguida. Agora há que esperar os resultados de um verdadeiramente desenvolvimento sustentável para a região e, ainda mais importante, soluções de vida melhor para os seus habitantes (Oliveira, 2011, pp.6-7).

A autora afirma assim, que a partir da barragem ainda há de se empenhar em um árduo trabalho de desenvolvimento na região que perpassam e muito as iniciativas que a EDIA teve até esse ponto.

#### **4 O CONTEXTO DE TRABALHO DA CHESF E DA EDIA**

Nota-se que apesar de muitas semelhanças entre os dois empreendimentos, a interação entre os trabalhadores e os moradores ocorreram de formas diferentes. Petrolândia vinha de um traumático processo de deslocamentos compulsórios nos seus arredores, o que fez com que

Maria S. Ramalho Braga

---

seus moradores já soubessem o desfecho daquela empreitada e tomassem providências que os protegeriam de serem injustiçados quanto as indenizações ou até mesmo os desalojassem sem nenhuma providência de moradia ou terras para a agricultura nas novas terras. Sendo assim, organizou-se um Polo Sindical que os representou para lutar diante das mudanças previstas para o seu deslocamento para a nova Petrolândia. Destaca-se que para os trabalhos da CHESF foram contratados trabalhadores sertanejos, o que motivou muitas pessoas a abandonarem as suas terras e buscarem empregos na Chesf.

Cunha (2012), revela que faziam filas imensas e se aglomeravam em galpões da Chesf pessoas vindas de todo lado do norte e nordeste buscando uma oportunidade de trabalho. Para a realização dos empreendimentos das Hidrelétricas a Chesf criou uma estrutura que se tornou uma cidade Chesf, o que atraía mais e mais pessoas para o empreendimento, pois viam ali uma oportunidade de melhorar de vida e proporcionarem condições melhores para as suas famílias.

Já para as obras do Alentejo não houve uma estruturação para acomodar e receber os funcionários da EDIA, o empreendimento foi feito com base no trabalho operário de imigrantes, cujo aqueles que iriam para a obra levando a família acabava tendo um maior contato com a população. Moradores revelam que as ucranianas limpavam suas casas em troca de pagamentos (Atraco Perfecto Produções, 2008). Saraiva (2011), explica que o que causou muito aborrecimento nos moradores da Aldeia da Luz foi que a EDIA não se atentava a exigência deles para as suas futuras casas, de forma que o empreendimento acabou não saindo como desejado. Os técnicos, projetistas, engenheiros que trabalhavam na EDIA passavam por uma grande rotatividade, o que dificultava ainda mais os acordos firmados. Esses trabalhadores eram selecionados por meio de concursos públicos.

Os moradores da Luz tiveram uma experiência um pouco diferente dos moradores de Petrolândia quando da construção da barragem, pois contando, à época com cerca de 400 moradores, os luzenses não estavam acostumados com tanta agitação quanto ocorreu nos anos das obras do Alqueva. Pela implantação do Museu da Luz, ainda houve estudos e explorações arqueológicas na região o que gerou uma grande novidade para todos que ali estavam. Foram três anos convivendo intensamente com uma agitação nunca experimentada antes.

Maria S. Ramalho Braga

---

Os relatos posteriores à mudança é de lamentações quanto às más construções, em que foram constatados muitos erros que prejudicaram os moradores em sua acomodação na nova residência, além do mal-estar causado pelas indenizações que seria o motivo do afastamento da amizade entre vizinhos, já que aqueles que possuíam um bom imóvel na antiga Aldeia sentiu-se injustiçado de receber a indenização na mesma proporção que seu vizinho que não tinha um imóvel em boas condições.

As mulheres luzenses foram as protagonistas dos protestos e reivindicações promovidas frente à EDIA, indo individualmente reivindicar reparos nas construções e também indicar exigências para a nova moradia, elas representaram o polo de justiça para que as indenizações fossem justas para os moradores.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo revisou o início das obras da Chesf no sertão pernambucano que se deu a partir da década de 1950, alterando os cenários sertanejos e modificando a vida de inúmeras famílias. A Chesf contou com engenheiros de todas as partes do Brasil, somada a mão de obra operária dos sertanejos que eram recrutados pela empresa. Notou-se que a região de Paulo Afonso, local em que a Chesf instalou-se em primeiro momento, viu a dinâmica de sua cidade reconstruída com a criação estrutural da empresa para o início das obras.

A Chesf criou uma verdadeira cidade industrial com moradias que eram divididas conforme a hierarquia dos funcionários da empresa, sendo assim para cada Vila havia um tipo de instalação que correspondia ao padrão anterior do funcionário. A Vila contou como hospital, escola, pista de pouso, clube recreativo, escola profissionalizante, Igreja e toda a estrutura que uma cidade requer. A instalação localizada ao lado da Vila Tupy foi protegida pelo exército nos anos da ditadura militar no Brasil e cercada por resistentes muros para evitar invasões indesejadas. Atualmente as estruturas criadas pela empresa foram repassadas para a administração do governo do estado da Bahia e atendem a população no contexto dos serviços públicos.

Quando a Chesf instalou seu canteiro de obras na cidade de Petrolândia muitos conflitos foram deflagrados entre os trabalhadores agrícolas da cidade e os representantes da Chesf. A

Maria S. Ramalho Braga

---

cidade que já havia conhecido o desfecho da história do deslocamento da população das cidades vizinhas pela empresa, ficaram receosas de terem destino semelhante, sendo assim paralisaram as obras por algumas vezes, e coordenadas pela representação sindical organizaram concentrações nos escritórios da Chesf e no canteiro de obras até conseguirem um acordo que as satisfizessem, ao menos em partes. Nesse contexto, a mudança e as promessas feitas pela empresa deixaram muito a desejar da realidade, pois os moradores foram acomodados em agrovilas que os separavam de vizinhos e de sua própria família, houve erros de construção nas casas e falta de escritura, briga que perdura até os dias atuais.

Os moradores da Aldeia da Luz, no Alentejo, conviviam com a ideia da construção da barragem que iria submergir a sua Vila desde os anos de 1950, porém houve tantos adiamentos nas obras que a história passou a ser considerada como um mito. Foi nos anos de 1990 que os moradores da antiga Luz perceberam que a construção da barragem era realidade, bem como, o deslocamento para uma nova Aldeia. A EDIA instalou-se na cidade levando consigo uma grande equipe de arquitetos, engenheiros e projetistas concursados, bem como, operários imigrantes que compunham o quadro dos atores que iriam construir a Hidrelétrica e a nova cidade. Os imigrantes operários viviam no próprio canteiro de obras, muitos foram como família e não tinham um lugar fixo para se acomodarem. Apenas com a entrega da casa nova que puderam ficar um tempo (até a submersão), alojados nas casas dos moradores da antiga Luz.

A convivência dos moradores da Luz com os agentes da EDIA foi intensa, diariamente haviam funcionários da EDIA entrando na casa dos moradores, medindo, observando, fazendo relatório. Os moradores também foram participativos e cobraram cada construção que era feita na nova Aldeia, de forma que foi criado o GRAL, um comitê especial para atender esses moradores que encontravam-se psicologicamente e emocionalmente abalados e inseguros, receosos que saírem perdendo economicamente com o deslocamento compulsório o qual seriam submetidos.

Além dos operários e técnicos da EDIA, os moradores da Luz tiveram que conviver diretamente com a agitação de jornalistas, estudantes, arqueólogos, sociólogos e etnógrafos que contratados pela EDIA promoviam pesquisas na região para o enquadramento de preservação histórica.

Maria S. Ramalho Braga

---

Com a pesquisa conclui-se que as duas cidades tiveram sua dinâmica social alterada a partir do contato com os trabalhadores das empresas empreendedoras das barragens. Tanto a Chesf quanto a EDIA empregaram para a construção civil pessoas que não tinham a qualificação desejada para o empreendimento, por representarem uma mão de obra mais barata. Esse fato fez com que muitos erros de construção fossem constatados, o que afeta até mesmo atualmente a vida desses moradores.

A história das duas cidades e a forma como elas foram submersas para darem caminho ao progresso que chegava em forma de Barragens, é muito semelhante e denota traços de padrões entre os planos desenvolvimentistas do Brasil e de Portugal. Os dois países investiram em regiões que são consideradas periféricas e com pouco desenvolvimento social e econômico, os projetos assemelham-se a partir da intencionalidade de modernização com o fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água para um número maior de pessoas. A capacidade das Usinas instaladas fora projetada para fomentar o desenvolvimento industrial nessas regiões, bem como, a levar em consideração a origem agrícola, tanto de Petrolândia, quanto da Aldeia da Luz, vê-se que os planos de regas também se desenvolvem com a intenção de desenvolvimento econômico. Passados tantos anos da concretização das obras de barragem, os discursos que se tem não relatam o tão sonhado progresso e sim um ressentimento e saudade muito grande, assim como, frustração pelas empresas não cumprirem com as promessas realizadas e não demonstrarem o devido interesse no futuro daquelas pessoas que tiveram que remanejar seus planos, suas vidas e suas atividades para dar caminho ao progresso eminente.

## REFERÊNCIAS

ABREU, F. (2020). Aldeia da Luz continua a procura de alma. [internet] Notícias Magazine. Acesso em: 02 julho 2020. Recuperado de: <https://www.noticiasmagazine.pt/2020/aldeia-da-luz-continua-a-procura-de-alma/historias/245440/>

ATRACO PERFECTO PRODUCCIONES. (1 de abril de 2008). Youtube. Acesso em 10 de junho de 2020, disponível em Aldea da Luz: <https://www.youtube.com/watch?v=0DxgyQIwYIU>

BODNAR, B. (5 de maio de 2015). CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Paulo Afonso. Acesso em 2 de julho de 2020, Recuperado de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ICEcP9GBYAA>

BOMFIM, J.D. (1999). Movimento Social de Trabalhadores no Rio São Francisco. In: Scripta

Maria S. Ramalho Braga

---

NOVA, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Nº 45 (30), 1 de agosto, Universidade de Barcelona.

BRASIL. (3 de outubro de 1945). Decreto Lei n. 8.032, de 3 de outubro de 1945. *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para subscrição de ações da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, e dá outras providências*. Brasília, Brasília, Brasil: Diário Oficial da União.

BRASIL. (3 de outubro de 1945). Decreto Lei n.8.031, de 3 de outubro de 1945. *Autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco*. Brasília, Brasília, Brasil: Diário Oficial da União.

BRASIL. (24 de novembro de 1948). Decreto Lei n.25.865. *Cria o Parque Nacional Paulo Afonso*. Brasília, Distrito Federal, Brasil: Diário Oficial da União.

CASTRO, F. (2011). *Imigração e Desenvolvimento em regiões de baixa densidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

CHESF OFICIAL. (6 de novembro de 2012). *Parte 1 - Construção da Usina Paulo Afonso I - Primeira usina da Chesf*. Acesso em 2 de julho de 2020, disponível em Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=iP9ejhyDUZA>

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. (2015). *Demonstrações financeiras*. Pernambuco: Chesf.

CUNHA, P. (2012). *Responsabilidade Social Corporativa: memória do programa de reassentamento dos atingidos pela barragem da Usina Hidroelétrica Luiz Gonzaga (ex-Itaparica)*. Rio de Janeiro: Federação Getúlio Vargas.

DIAS, C. (2002). *Corpos da Aldeia da Luz não cabiam nas sepulturas*. [internet] P2. Acesso em: 02 julho 2020. Recuperado de: <https://www.publico.pt/2002/07/20/local/noticia/corpos-da-aldeia-da-luz-nao-cabiam-nas-sepulturas-164201>

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURA DE ALQUEVA (2019). *Cronograma Histórico*. [internet]. Acesso em: 02 julho de 2020. Recuperado de: <https://www.edia.pt/pt/>

GADE, D. (19 de novembro de 2011). *Vídeo Raro da Construção de Paulo Afonso*. Acesso em 2 de julho de 2020, Recuperado de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=XLwum19hIZg&t=344s>

NASCIMENTO, E. (2019). *Modernização e educação escolar no nordeste brasileiro: as escolas da Companhia Hidrelétrica do São Francisco- Chesf (1949-2000)*. Recife: Universidade Federal do Pernambuco.

NOTÍCIAS PORTUGAL. (25 de julho de 2015). Youtube. Acesso em 15 de junho de 2020, disponível em Aldeia da Luz: <https://www.youtube.com/watch?v=jSn9gh39PiA&t=7s>

OLIVEIRA, A. (2011). *O processo de desterritorialização e filiação do lugar: o caso da Aldeia da Luz*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Maria S. Ramalho Braga

OLIVEIRA, A. (2017). *A cidade de Paulo Afonso - 1948-1985: as especializações do trabalho, do controle e das lutas*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

RODRIGUES, I. (2005): *Aldeia da Luz*; Edições Colibri; EDIA; Beja.

SANTOS, C., Souza, D., & Lima, F. (2016). Configuração territorial e dinâmica socioespacial do processo de urbanização da cidade de Petrolândia - PE. *Revista Diálogos*(15), 64-73.

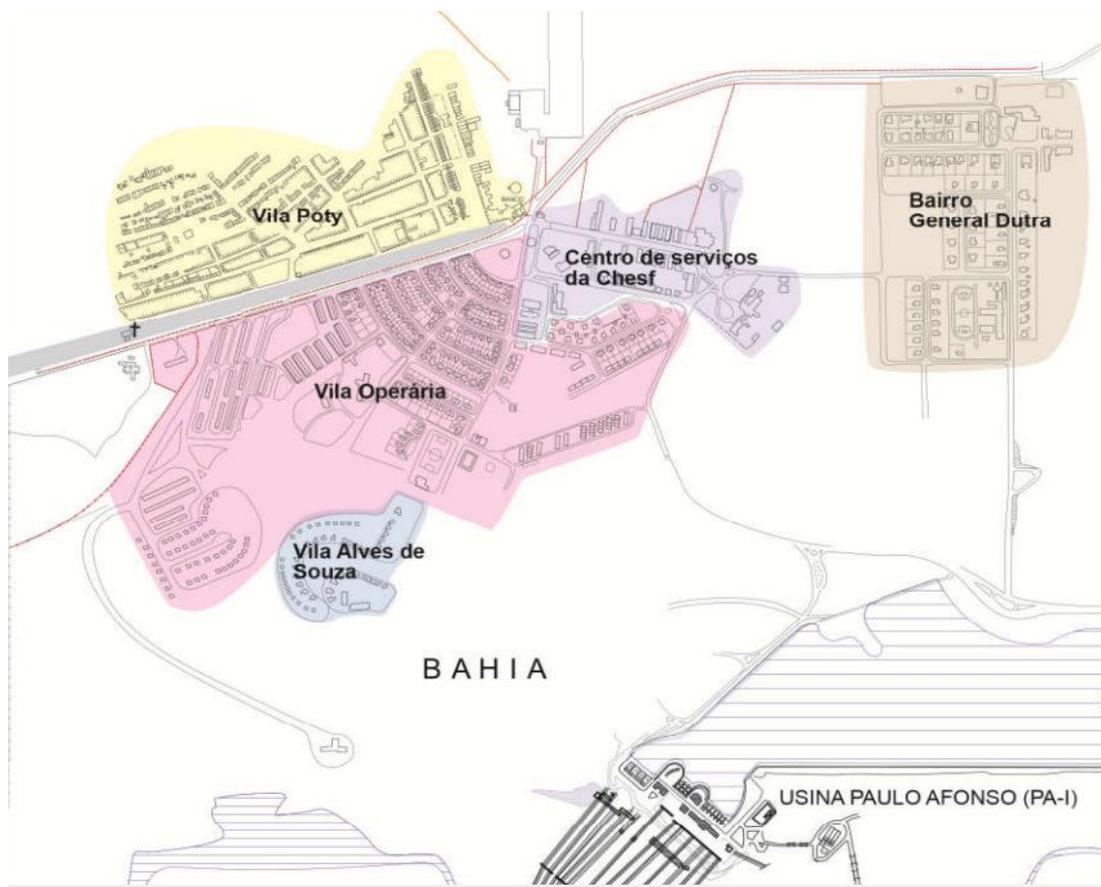
SARAIVA, C. (2007). Mudança e água no Sul de Portugal: a barragem de Alqueva e a Aldeia da Luz. In: *Ruris*, vol. 1, ano 1.

VELOSA, J. M. (2009) - Os efeitos das grandes barragens no desenvolvimento socioeconómico local. Lisboa: Instituto Superior Técnico, pp. 5-8. Dissertação de Mestrado.

WATEAU, F. (2008). Barragem e participação pública em Alqueva. Um exemplo português de concertação ? *Enfoques para unha nova políticas de augas*, 11-15.

## ANEXOS

**Figura 1 – Vila dos Operários da Chesf em Paulo Afonso**



Fonte: Nascimento (2009).

Maria S. Ramalho Braga

---

**Figura 2 – Os trabalhos em Alqueva**



Fonte: Atraco Perfecto Produções (2008).